

CEDI - P. I. B.
DATA 17, 07, 92
COD. AWD00018

CEDI - P. I. B.
DATA / /
COD.

Informe sobre duas viagens aos Araweté (A. I. Araweté / Igarapé Ipixuna), Administração Regional de Altamira

Eduardo Viveiros de Castro
Museu Nacional — UFRJ

Carlos Alberto Ricardo
CEDI — SP

Estivemos na área da ADRA de 20 de outubro a 14 de novembro do ano passado, e de 29 de março a 10 de abril do corrente, para realizar trabalho de pesquisa e documentação etnográfica entre os Araweté da A.I. Araweté / Igarapé Ipixuna. Estas viagens, que retomaram o trabalho realizado por Viveiros de Castro em 1981-83 e 1988 sobre a organização social e a cosmologia deste grupo Tupi, tiveram três objetivos principais: (1) registro em vídeo de aspectos do ambiente, da vida e da cultura araweté, com vistas a uma exposição sobre o grupo, capaz de chamar a atenção sobre um dos povos indígenas menos conhecidos da Amazônia; (2) investigação das condições de possibilidade de um trabalho de inventário ambiental do território araweté, com vistas à formulação de projetos que assegurem aos índios o controle político e econômico dos recursos de que dispõem; (3) avaliação da situação atual araweté, em particular sob o aspecto fundiário.

Realizamos nosso trabalho a contento. Quanto ao primeiro objetivo, a exposição sobre os Araweté se acha em preparação; ela será inaugurada em setembro vindouro, em São Paulo. Quanto ao segundo, pretendemos retornar à área em futuro breve, para dar início ao levantamento de seus recursos florísticos e faunísticos. Já realizamos uma avaliação preliminar, a partir de imagens de satélite, da composição florestal da área; a próxima etapa envolverá a viagem a campo de um engenheiro florestal, para que se verifiquem e aprofundem as conclusões obtidas neste estudo indireto.¹

Quanto à situação atual dos Araweté, este é o assunto do presente informe. Acreditamos que há motivos de sobra para se considerar a situação dos Araweté e demais povos da região do Xingu-Bacajá como preocupante. As informações a seguir provêm tanto de nossa estada no P.I. Ipixuna quanto do que pudemos ouvir e testemunhar em Altamira, sede da ADRA/FUNAI. Começamos pelo Ipixuna.

¹Planejamos, a médio prazo, realizar uma pesquisa sobre a classificação e o uso dos recursos naturais pelos Araweté, com a colaboração de especialistas em ecologia, botânica e zoologia.

Situação dos Araweté

População e saúde

A população araweté atual (05/04/92) é de 196 pessoas, das quais 91 nascidas depois de 1977, quando começaram os registros de nascimento do P.I. Ipixuna. Estes números dão uma idéia da composição etária do grupo, e de sua retomada demográfica após o contato definitivo. Estimamos que a população à época do contato era de no mínimo 200 indivíduos. As epidemias contraídas na chegada do grupo ao “beiradão” do Xingu (meados de 1976), e as condições desastrosas em que foi feita sua transferência para posto da FUNAI no Alto Ipixuna — uma marcha forçada de 22 dias pela mata, com uma população desnutrida, doente de gripe e malária, meio cega pela conjuntivite infecciosa — provocaram uma grande mortandade. Registramos o nome de 72 pessoas desaparecidas entre o Xingu e o Posto; o número efetivo de mortos é com certeza maior². A população registrada no primeiro censo (17/06/77) foi de 120 indivíduos.

Se os Araweté demonstram uma boa recuperação demográfica, isto se deve sobretudo à elevada natalidade absoluta do grupo, pois a mortalidade infantil desde o contato é significativa. Assim, das 131 crianças nascidas a partir de 1977, 41 vieram a morrer, das quais 30 antes do primeiro ano de vida, e 22 reconhecidamente por doenças de contato (gripe e bronco-pneumonia, sobretudo).³ Do restante das mortes de crianças, pelo menos 4 dos 7 casos inequívocos de infanticídio se explicam em função das concepções araweté da doença — tratavam-se de filhos nascidos de mães que tomaram altas doses de medicação ocidental durante a gravidez. Note-se que 66 pessoas morreram desde o estabelecimento do grupo junto ao P.I. Ipixuna; apenas 25 destas, portanto, haviam nascido antes de 1977.⁴ Por fim, é possível observar uma tendência à diminuição da taxa de mortalidade, de 1985 para 1991; isto se deve, provavelmente, ao aumento da resistência biótica do grupo, mas também à melhoria das condições de assistência.

² Os diários de João Evangelista de Carvalho, que esteve no “beiradão” e depois no “Posto Velho”, mas que não participou da transferência de 1976, registram o encontro de 40 corpos ao longo do caminho de 1976. O funcionário Francisco de Assis Monteiro, que participou da caminhada, e que também retornou para avaliar as mortes do percurso, falou-nos em 66 corpos. É preciso lembrar que houve mortes antes da caminhada, quando os índios estavam acampados no “beiradão” (pelo menos cinco casos, segundo nossos dados). Várias das pessoas que morreram no caminho foram abandonadas ainda vivas, por estarem muito fracas para prosseguir. Várias crianças pequenas foram mortas por membros do grupo, por doentes ou porque seus pais haviam morrido.

³ É altamente provável que várias das mortes registradas pelo Posto como de causa ignorada se devam à gripe, especialmente se considerarmos que elas ocorreram durante epidemias. A diferença entre 131 nascimentos e 41 mortes pós-contato deixa-nos com 90 crianças, e falamos mais acima de 91 nascidas depois de 1977 que vivem ainda hoje. Isto se deve à chegada de um menino de seis anos (juntamente com sua mãe, uma irmã desta, e o pai de ambas) em 1987. Tratam-se dos Araweté que viveram 30 anos separados do grupo principal, e que foram capturados pelos Xikrin do Cateré em outubro de 1987.

⁴ Destas 25 mortes de pessoas nascidas antes de 1977, 15 se deveram oficialmente a doenças de contato.

A situação de saúde do grupo é relativamente boa. Há dois casos graves de blastomicose pulmonar, cujo tratamento exige o deslocamento periódico dos pacientes para Belém — o que via de regra recusam fazer, por não aceitarem as estadas demoradas nos hospitais de Belém, em condições psicologicamente insuportáveis. Em 1989 houve um óbito por blastomicose. Registraram-se casos de leishmaniose, e dois casos de tuberculose foram diagnosticados e tratados em 1990. Não sabemos se tem havido controle desta última doença desde então. Os surtos de gripe continuam sendo o flagelo mais comum, quase sempre acarretando complicações pulmonares e intestinais. Não se observam casos de malária há pelo menos dois anos. Houve um óbito por tétano em 1988. Os acidentes com cobras são excessivamente frequentes; entretanto, só há registro de um caso fatal, em 1991 (apesar do suprimento de soro anti-ófidico ser em geral nenhum).

A saúde bucal é um grande problema. Em abril, cerca de 60 pessoas queixavam-se de dores de dente, reclamando a presença de um dentista ou pedindo para ir até Altamira para tratamento. Praticamente nenhum membro do grupo possui todos os dentes; está-se tornando muito comum a perda de mais de 80% da dentadura; as cáries atacam já na primeira dentição, e as crianças apresentam em geral os dentes em péssimo estado. O tratamento dos problemas dentários, na falta de recursos e pessoal especializado, resume-se na extração, realizada por funcionários do Posto ou pelos próprios índios. É urgente a visita de um dentista ao P.I. Ipixuna — mas é preciso que ele permaneça na área por tempo suficiente para fazer mais que extrações em série.

As condições de assistência na área

A FUNAI mantém no P.I. Ipixuna os seguintes funcionários: Adocildo José Soares, chefe do P.I., acompanhado por sua esposa; e Francisco de Assis Monteiro, auxiliar de ser-tanista, que reside com a esposa e quatro filhos. Atuam também no posto uma enfermeira (Eliene Araújo de Jesus) e uma professora (Ladir Leite da Silva), ambas pagas por Aldo Lo Curto, médico voluntário italiano que angaria doações em seu país de origem para a assistência a diversos grupos indígenas.

O atual chefe do P.I. chegou ao posto em janeiro p.p., substituindo Benigno Pessoa Marques, que esteve à testa do P.I. Ipixuna de abril de 1984 a novembro de 1991, quando foi designado administrador regional em Redenção. Tendo assumido em um momento de crise financeira aguda da FUNAI, e vindo substituir um funcionário benquisto pelos índios, o chefe do P.I. enfrenta algumas dificuldades em ser aceito pelos Araweté. Em sua chegada, o grupo lhe cobrou uma quantidade de coisas de que necessitava, e não se satisfaz com as

explicações oferecidas em lugar destas. A inexperiência deste funcionário no trato com as tarefas cotidianas do posto agravou um tanto esta rejeição inicial dos índios.⁵

O novo chefe do P.I. parece ser uma pessoa disposta e bem-intencionada, que tomou como questão de honra ser aceito pela comunidade. Acreditamos que os Araweté, usualmente cordatos e compreensivos, saberão de seu lado fazer o possível para adaptá-lo às condições locais. Contudo, o chefe do P.I. deverá enfrentar problemas sérios, devido ao estado de absoluta insolvência financeira da ADRA, e precisará estar à altura dos desafios que se desenham no horizonte — em especial o desafio das madeiras.

O auxiliar de sertanista, Assis, esteve com os Araweté nos primeiros anos do contato, e foi um dos condutores da marcha de 1976. Ele retornou ao P.I. Ipixuna há cerca de três anos atrás. Seus filhos, de idades que vão dos cinco aos dezoito anos, são a principal fonte de difusão do português (e de outros aspectos da cultura regional) junto aos jovens da aldeia.

Embora comungue dos estereótipos da FUNAI local sobre os Araweté — índios gentis mas “difíceis” —, Assis nos pareceu manter uma boa relação com a comunidade: ele atende a seus desejos, detém sua confiança e exerce uma certa influência sobre ela. Este último ponto merece atenção, pois se o funcionário é dotado de bastante bom senso prático, suas opiniões sobre o que é melhor para os índios não são sempre inatacáveis.

A enfermeira mantida pelo Dr. Lo Curto vem tendo uma atuação decisiva entre os Araweté; acreditamos ser ela em boa parte a responsável pela baixa mortalidade infantil dos últimos dois anos. A professora está tendo menos sucesso no desempenho de suas funções. Embora benquista pelo grupo, ela nos pareceu algo despreparada; suas atividades de alfabetização obtiveram um resultado pouco evidente até agora.

O Dr. Aldo Lo Curto e sua companheira, a psicóloga Sarah Azevedo, têm feito viagens frequentes ao Ipixuna desde 1989. Sua atuação na área se traduz essencialmente na doação de equipamentos para a comunidade — uma “voadeira”, um motor de popa, placas solares, suprimentos médicos — e no pagamento dos salários da enfermeira e da professora. As rápidas estadas do casal no P.I. Ipixuna visam avaliar a utilização destes recursos e supervisionar as atividades dos funcionários que mantêm. Assim, apesar da contribuição que tem sido a manutenção da enfermeira no P.I., o Dr. Lo Curto não parece ter estabelecido um programa de assistência médica sistemática aos Araweté; isto se deve, em parte, ao fato de que suas atividades e recursos se dispersam em diversos grupos indígenas (Araweté, Asuriní, Kararaô, Xavante).

⁵ Acrescente-se que sua esposa não parece nada satisfeita com as condições do P.I. Ipixuna, mostrando pouca capacidade de aceitar o estilo de interação dos Araweté com os brancos. Ela deixou a área com nossa equipe, em abril, e seu retorno está em aberto.

Lo Curto trabalhava em estreita colaboração com Benigno Marques; seu contato com Adocildo Soares se fez em bons termos, e tudo indica que os Araweté poderão continuar a contar com seu aporte de recursos, de importância crucial para o grupo nas presentes condições. Entretanto, Lo Curto se mostrou recentemente insatisfeito com o uso que tem sido dado pela ADRA a certos recursos que destinara aos índios, e de um modo geral vinha se desentendendo com o administrador de Altamira, Júlio César de Moraes.

Sarah Azevedo, também recentemente, enviou à Funai um projeto de educação bilingüe para os Araweté, sobre o qual E. Viveiros de Castro teve ocasião de emitir um parecer (feito a pedido da CGEP/FUNAI). Recordamos aqui, apenas, que a intenção anunciada por Sarah Azevedo de passar a apoiar a esposa do chefe do P.I. como professora, paralelamente a Ladir Silva, parece-nos pouco promissora por diversos motivos. Os Araweté necessitam de um planejamento educacional consistente, incapaz de ser formulado e executado por quaisquer das pessoas supracitadas. Acreditamos que Lo Curto e Sarah Azevedo — cujas atividades, ressaltamos, merecem o apoio da FUNAI — podem ser orientados de forma a se assessorarem melhor nesta área.

O Posto Ipixuna possui uma infra-estrutura razoável, com uma enfermaria, uma pista de pouso, várias embarcações e motores, um pequeno dispositivo de energia solar, etc. Os Araweté, de seu lado, dispõem de um bom suprimento de ferramentas e utilidades básicas, como espingardas, panelas e machados. Entretanto, a crise financeira da FUNAI começa a fazer seus estragos.

Em abril de 1988, os Araweté apreenderam uma grande quantidade de mogno derrubado pelas madeireiras Peracchi e Maginco na parte leste de seu território. As demoradas negociações entre a FUNAI e estas companhias sobre o destino da madeira ilegalmente derrubada, e sobre as estradas e pistas de pouso abertas por elas nas terras Araweté e Parakanã, soldaram-se com a venda do mogno às próprias Peracchi e Maginco, e na utilização de recursos destas companhias para a abertura de um picadão ao longo da fronteira leste do território araweté.⁶

A indenização recebida “pelos Araweté” no fim deste processo — uma quantia considerável (algo em torno de U\$ 70 mil) — foi depositada em uma caderneta de poupança, e utilizada para o provimento das necessidades do P.I. e dos índios durante um período não muito longo. Boa parte do dinheiro foi bloqueada no grande confisco de março/90, tendo sido liberada apenas recentemente, com grande depreciação. A ADRA parece também ter usado rápida e liberalmente do dinheiro dos Araweté para atender às

⁶ Veja-se C. Fausto, “Parakanã: madeireiras fazem o serviço da Funai” (*Aconteceu* especial 18, Cedi-SP, 1991: 339-40), para uma descrição dos eventos de 1988-89, a quantidade de madeira derrubada, os montantes financeiros pagos pelas madeireiras, etc.

necessidades de outros postos, em flagrante desrespeito ao que havia sido prometido aos Araweté e ao então chefe do P.I.⁷

De qualquer forma, os recursos que escaparam à ADRA e ao confisco foram aplicados na área, produzindo dois efeitos: (1) permitiram a compra de vários equipamentos para o Posto e os índios (uma embarcação de 6 toneladas, construção da enfermaria, fornos, caititus, espingardas, panelas), bem como asseguraram um fluxo de bens não-duráveis; (2) deram aos Araweté a idéia, de um lado, de que tais recursos eram inesgotáveis, e, de outro, de que deixar derrubar madeira poderia ser um excelente negócio.

A idéia da inesgotabilidade derivou, provavelmente, de uma visita do então titular da ADRA (Antônio Pereira Neto) ao P.I. Ipixuna, quando ele teria declarado aos índios que eles doravante teriam um dinheiro que “não acabaria nunca”.⁸ A idéia de que vender madeira pode ser um bom negócio derivou, ao contrário, da constatação recente de que estes recursos estão acabando.

Hoje, o P.I. Ipixuna está sem receber praticamente nada. A ADRA está insolvente, com dívidas da ordem de Cr\$ 60 milhões na praça de Altamira — é possível, aliás, que as liberações da poupança confiscada dos Araweté não estejam chegando em sua integralidade ao Posto —, e os Araweté estão reclamando amargamente da situação de penúria em que se viram mergulhados. Não há combustível, os equipamentos quebrados não podem ser consertados, os doentes não podem receber atendimento especializado em Altamira.⁹

Os Araweté estão perplexos e irritados com o súbito fim de um dinheiro que tinham por infinito. Nestas condições, não nos surpreendeu ouvir algumas pessoas especularem com a possibilidade de permitir a entrada de madeiras em suas terras. Tais especulações surgiram no meio de conversas sobre a provável nova invasão da Peracchi e Maginco na área Araweté (ver adiante). Quando alertávamos nossos interlocutores para os problemas que uma entrada de madeiros poderia causar, e para o caráter precário e transitório da riqueza obtida com a venda de madeira, alguns retorquiavam que “há muito mogno, ele não acabará”.

Em suma: embora possamos perfeitamente compreender os motivos e urgências que levaram a ADRA a decidir pela venda da madeira ilegalmente derrubada nas terras Araweté e Parakanã, e embora possamos avaliar os benefícios que o dinheiro auferido — ainda que desviado em parte de seu destino de direito — trouxe para os Araweté, é forçoso concluir que vender a tal madeira não foi uma boa idéia. No contexto atual, em que a ADRA se

⁷ Assim, um radiograma do P.I. Ipixuna de 08/02/90 informa à ADRA que “os índios estão revoltados com o desvio de recursos da comunidade para cobrir despesas dos Xikrin”.

⁸ Valha o que valer, esta informação foi dada a Viveiros de Castro por diversos Araweté.

⁹ Em abril, a enfermeira-chefe da ADRA chegou a nos pedir para pagarmos uma radiografia de um Araweté, pois o laboratório se recusava a “pendurar” quaisquer contas da FUNAI, e esta não tinha os Cr\$45 mil cobrados. A alimentação dos hóspedes da Casa do Índio está sendo, já há alguns meses, comprada com dinheiro doado pela Prelazia do Xingu — dinheiro que não é bastante senão para oferecer aos doentes arroz, feijão e farinha.

mostra falida e além disto incapaz de fazer frente à pressão das madeiras na área do Xingu–Bacajá, o problema é óbvio: os Araweté correm o risco de cair nos braços da Peracchi e da Maginco, em busca daquilo que a FUNAI não lhes pode oferecer: recursos.

A aldeia, o território, a “redoma”

Os Araweté estão há quatorze anos em sua aldeia atual, na margem esquerda do médio curso do Ipixuna (4°45'40"S / 52°30'15"W) . O grupo se transferiu para este local em fins de 1977, devido ao assédio dos então arredios Parakanã ao “Posto Velho”, localizado cerca de 30 km (em linha reta) a montante da aldeia atual. Mas houve outra razão para esta transferência: o Ipixuna é pontilhado de cachoeiras e lajeiros, difíceis de franquear nos meses do verão. Estess dificuldades levaram a equipe da FUNAI que atuava na área a estimular o deslocamento do grupo para jusante.¹⁰

Os Araweté estão novamente considerando a possibilidade de se transferirem para um novo local. Após quatorze anos de uso, a terra nos arredores da aldeia está reduzida a uma vasta capoeira; as roças estão a uma distância considerada excessiva pelo grupo, e a caça anda cada vez mais difícil. Viveiros de Castro pôde notar uma diminuição significativa na quantidade e frequência de carne na dieta, entre 1981 e 1991. No que concerne os produtos vegetais, nossa impressão é que houve um aumento do consumo de mandioca, em detrimento do milho — o cultígeno tradicional básico dos Araweté —; isto pode-se explicar parcialmente pelo esgotamento das terras propícias ao cultivo deste produto, mais exigente que a mandioca. Por fim, as condições sanitárias da aldeia estão cada vez piores, com a proliferação de insetos, acumulação de detritos, etc.

Outro motivo que subjaz a esta intenção de mudança da aldeia é o crescimento populacional, e o conseqüente aumento das tensões e conflitos internos. A estrutura social araweté se acomoda dificilmente a uma situação de concentração populacional tão elevada: tradicionalmente, as aldeias abrigavam 40–60 pessoas, e se espalhavam por um vasto território. O trauma do contato e a atração do posto permitiram a manutenção de uma única aldeia de 1981 até hoje; mas a situação começa a mudar. Algumas famílias construíram casas em suas roças, para ali se transferindo durante as semanas de derrubada da roça ou de plantio do milho. Um grupo de famílias construiu um “anexo” da aldeia do outro lado da pista de pouso, ainda dentro do alcance visual do Posto, mas conceitualmente distinto da aldeia principal.

¹⁰ No “Posto Velho”, em 1977, os Araweté se dividiam em duas aldeias, a pouca distância do Posto. Quando se mudaram para o atual sítio, construíram uma aldeia maior, junto ao Posto atual, e outra menor a cerca de dois km de distância, na outra margem do Ipixuna. Em fins de 1981 esta última aldeia se fundiu com a do Posto.

Pudemos notar uma fragmentação, ainda mais forte que a vigente desde o contato, da autoridade política interna. Em 1981–83, os títulos de “senhor da aldeia” (*tã ñã*) e de “líder” (*tenotã mō*) correspondiam a uma relativa eminência de seu portador — tratam-se de funções com atribuições rituais e econômicas importantes —; agora tivemos a impressão que o *tã ñã* goza de menor visibilidade, e que o papel de *tenotã mō* está perdendo sua função unificadora. A emergência de alguns jovens adultos com razoável domínio do português e da cultura nacional pode estar contribuindo para esta dispersão do poder e da influência no plano coletivo. De modo geral, está-se assistindo ao amadurecimento da geração que tinha cerca de 5–10 anos na época do contato, e à progressiva transferência de responsabilidades para ela, sobretudo no que diz respeito à interação com o Posto e os brancos.

Caso venha a se dar a mudança de aldeia — ou antes, quando ela vier a se dar —, não é impossível que se ergam assentamentos menores que o atual. A tendência parece ser a da fragmentação do grupo em duas ou três unidades menores. Algumas das seções residenciais da aldeia ganharam uma grande consistência demográfica e sócio-política, tornando-se capazes de servirem como matriz para a implantação destas aldeias menores.

O problema, entretanto, não é apenas a mudança de local da aldeia, ou mesmo sua fragmentação. Ao contrário, somos da opinião que uma possível divisão do grupo em aldeias menores poderia ter efeitos benéficos, dos pontos de vista sanitário, ecológico e político; seria ainda positiva sob o aspecto do controle do território. A questão diz respeito ao local para onde os Araweté mudarão. É aqui que entra a FUNAI.

Em nossas duas viagens — especialmente na primeira, em outubro–novembro passados — ouvimos insistentes rumores sobre um projeto do titular da ADRA de transferir o P.I. Ipixuna para perto da margem do Xingu. A saída do então chefe do P.I. seria o contexto e o momento apropriado para tal mudança, tarefa que caberia ao novo chefe de posto. Além destes rumores, colhidos em Altamira, Viveiros de Castro foi informado pelo Dr. Lo Curto que o titular da ADRA manifestara explicitamente esta intenção em conversa com ele; da mesma forma, Adocildo Soares informou a Lo Curto (que esteve no Ipixuna em janeiro, logo após a chegada do novo chefe do P.I.) que não pretendia terminar certas obras iniciadas por Benigno Marques porque aguardava o sinal de Altamira para proceder à mudança do posto.

Este sinal acabou não vindo: em parte, talvez, porque Lo Curto manifestou veementemente sua discordância com tal projeto, fazendo ver a Júlio César de Moraes que tal decisão era insensata do ponto de vista sanitário; em parte, talvez, porque o administrador da ADRA percebeu que encontraria nossa oposição, e a de outras pessoas que conhecem os Araweté (note-se que Moraes nunca esteve no P.I. Ipixuna); em parte, simplesmente e mais provavelmente, porque o administrador esqueceu-se do projeto nos últimos meses.

Em conversas na aldeia, alguns Araweté deram a entender a Viveiros de Castro que o funcionário Assis estava sugerindo que se mudassem para jusante, para perto de uma cachoei-

ra a cerca de uma hora (de canoa) da boca do Ipixuna. Os índios mencionaram alguns dos argumentos deste funcionário: muitos índios já haviam morrido na aldeia atual, as terras já não prestavam para o plantio, a caça estava acabando, etc. É difícil dizer se tais argumentos são de fato de Assis Monteiro ou dos próprios Araweté, que os teriam caracteristicamente posto na boca de um *kamarã* (branco). A questão dos muitos índios enterrados nas cercanias da aldeia é de fato um problema para o grupo, que tradicionalmente mudava de aldeia toda vez que morria uma pessoa eminente. Note-se que este argumento foi aventado um mês depois da morte de Meñã-no, o homem mais velho do grupo e cabeça de uma vasta parentela.

De qualquer modo, não é impossível que Assis Monteiro esteja aproveitando a insatisfação dos índios com o sítio atual para fazer passar o projeto de uma transferência do grupo para a foz do Ipixuna. É uma tradição entre muitos funcionários da FUNAI que trabalharam no Ipixuna esta idéia de levar o grupo para a “boca”. A mudança de 1977–78 para o sítio atual foi decidida pela equipe da FUNAI bem antes dos ataques parakanã, que simplesmente reforçaram uma intenção motivada sobretudo pela penosa viagem no Ipixuna. Viveiros de Castro observou diversas vezes funcionários da ADRA exprimirem este voto de transferência dos Araweté para o “beiradão”.

Recentemente, tivemos que ouvir um longo discurso de Júlio César de Moraes sobre as vantagens da mudança dos Asuriní para as margens do Xingu, no contexto de uma explanação sobre a necessidade de se “tirar a redoma dos Araweté”, fazendo-os interagir mais intensamente com a sociedade regional.¹¹ Neste momento, portanto, o argumento deixava de ser a conveniência da FUNAI, passando a se apresentar como uma decisão explicitamente política.

Ora, se é perfeitamente compreensível o sonho de muitos funcionários que trabalharam no P.I. Ipixuna, de não precisarem mais puxar canoa em dezenas de cachoeiras, e mesmo se há alguns aspectos sob os quais uma maior proximidade do Xingu seria útil aos Araweté — como, por exemplo, sob o aspecto de maior acessibilidade de socorro médico urgente em Altamira¹²—, também é perfeitamente óbvio que uma mudança para perto do Xingu seria, contas feitas, desastrosa.

Em primeiro lugar, a proximidade da “boca” significará, inevitavelmente, contato frequente com a população regional: o Xingu é uma via fluvial bastante frequentada. Isto seria desaconselhável do ponto de vista da saúde do grupo. Recordemos que foi precisamente no “beiradão” que os Araweté contraíram as doenças que iram reduzir sua população a

¹¹ Como se vê, se o titular da ADRA não chegou a nos revelar com todas as letras seu projeto de transferência dos Araweté para a “boca”, andou bem perto disto...

¹² Existe uma pista de pouso no P.I. Ipixuna, aberta em 1982. Mas há muitos anos que a Funai não realiza vôos para o Ipixuna; vários casos de doença grave, assim, tiveram que ser transportados de barco até Altamira, e vários casos de morte teriam sido evitados se houvesse transporte aéreo disponível. Enquanto isto, as madeiras põem seus aviões à disposição dos índios, no Bacajá...

quase 50% da original, em 1976. O grupo continua com baixa resistência a patogenias importadas, especialmente à gripe. Note-se ainda que a incidência de malária nas margens do Xingu é muito alta. Por fim, não se pode ignorar a possibilidade de cólera nas águas do Xingu.¹³

Em segundo lugar, o contato com o tráfego xinguano terá consequências políticas e econômicas imprevisíveis — ou muito previsíveis. Lembramos que a situação da aldeia Parakanã–Apyterewa próxima ao Xingu foi um fator importante no processo recente de sedução desta tribo por uma madeireira: os frequentes passeios de canoa dos índios até os canteiros da Maginco, Xingu acima, estão na origem das tentativas de suborno dos índios por esta companhia (ver adiante). Lembramos também que a relação dos Araweté com os regionais que encontram no Xingu, de passagem ou estabelecidos no “beiradão”, têm oscilado entre a acolhida entusiástica e as demonstrações de força — atitudes igualmente perigosas.¹⁴

Em terceiro lugar, a proximidade da “boca” irá certamente intensificar os deslocamentos de membros do grupo até Altamira, aumentando os riscos de disseminação de patogenias estrangeiras. Nesta cidade os índios, doentes ou sãos, hospedam-se na Casa do Índio, cuja promiscuidade e insalubridade desafiam a descrição — como dizem os funcionários de lá, “o índio que chega aqui com uma doença, sai com quatro”. Os Araweté não têm negócios a tratar em Altamira: ao contrário dos Asuriní, por exemplo, seu artesanato tem poucas chances de comercialização nesta cidade.¹⁵ Seus passeios a Altamira tenderiam a se transformar em expedições (de discutível sucesso) para coleta de presentes.

Em quarto lugar, lembramos que não está afastada a possibilidade de construção do Complexo Hidrelétrico da Altamira, que implicará na inundação de parte das terras Araweté, principalmente no baixo curso do Ipixuna. Uma mudança para dentro de um futuro lago não parece muito recomendável.

Por fim, cumpre observar que uma mudança para mais perto do Xingu, isto é, para a porção extremo-ocidental da área indígena, deixará ainda mais desguarnecidas as terras a leste, onde se concentram as operações clandestinas das grandes madeireiras.

¹³ Os Araweté visitam com alguma frequência as margens do Xingu, em suas expedições de caça. Mas tratam-se de jovens e adultos em boas condições físicas. O perigo seria a implantação de uma aldeia perto do Xingu, com a exposição das crianças pequenas e dos velhos ao contato com uma população regional cujas condições de saúde são, infelizmente, muito precárias. De qualquer forma, os registros do P.I. Ipixuna abundam em radiogramas que dão ciência de casos de malária contraídos “em virtude de um passeio no Xingu”.

¹⁴ Há um ano e meio atrás, três Araweté saquearam com alguma truculência a casa de um morador do beiradão, para grande consternação do chefe do P.I.

¹⁵ Encarregamo-nos (com a devida autorização da ADRA) de comercializar uma partida de artesanato entregue a nós pelos Araweté, para que estes possam obter as mercadorias de que necessitam. A lista dos objetos que levamos (bem como os termos da contrapartida solicitada) está depositada no P.I. Ipixuna, para controle do chefe do posto. Poderemos obter um retorno financeiro para estes objetos mais rápido e mais substancial que o que se poderia esperar nas condições atuais de comercialização do artesanato araweté pela FUNAI.

Nosso parecer é absolutamente contrário a qualquer projeto da FUNAI que acarrete o deslocamento dos Araweté para perto da foz do Ipixuna. Antes de mais nada, parece-nos que a prática de transferência de populações é em princípio condenável; sobre exprimir uma vontade de poder tipicamente autoritária e tecnocrática, ela é via de regra implementada de modo imprevidente e atabalhoado, com consequências graves para a saúde dos grupos atingidos. De resto, os Araweté terão muito mais a perder que a ganhar com uma maior proximidade do Xingu, pelos motivos expostos acima.

Nosso parecer é, assim, que a FUNAI não deve interferir no processo decisório dos Araweté no que respeita a mudança de sua aldeia. Inclina-mo-nos a crer que o Posto Ipixuna deveria ficar onde está — até mesmo porque dispõe de uma boa infra-estrutura instalada —, e que, caso os Araweté decidam se mudar, o Posto não deveria acompanhá-los, mas sim passar a servir de centro de atendimento médico e prestação de serviços gerais para a(s) nova(s) aldeia(s). Foi por causa do Posto da FUNAI que os Araweté deixaram as margens do Xingu, na trágica caminhada de 1976 — e apesar das condições absurdas em que ela se deu, não resta dúvida que o isolamento dos Postos no Alto e Médio Ipixuna foi decisivo para a recuperação da saúde e confiança do grupo; não tem sentido agora levá-los de volta para o Xingu. A FUNAI deve permanecer como um pólo de referência no interior da área Araweté, contrabalançando assim a atração constante do “beiradão” — pois os Araweté não carecem de nenhum estímulo para se aproximarem dali, antes pelo contrário. A permanência do Posto em sua atual localização serviria para garantir uma distribuição territorial mais equilibrada, caso o grupo venha a se dividir em aldeias menores, de forma a ocupar algo como um círculo de raio variável em torno do Posto.

Uma palavra sobre a “redoma” em que os Araweté estariam encerrados, e que cumpriria retirar, segundo a opinião do Sr. Júlio César de Moraes. Não há dúvida que os Araweté estiveram, ao longo destes quinze anos, mais isolados que os Asuriní ou os Xikrin, por exemplo, do contato com regionais. Isto não foi o resultado de uma política específica da FUNAI, mas essencialmente o fruto do acaso: rio de navegação difícil, despovoamento do beiradão nos anos 80, falta de interesse econômico na área até recentemente, existência de recursos básicos no Posto... Houve também, é claro, uma intenção, por parte dos administradores de Altamira e do Posto, de proteger os índios de um contato cujas consequências para a saúde do grupo seriam destrutivas. E foi justamente esta “redoma” que levou os Araweté a se recuperarem demograficamente e a manterem íntegra sua organização social e cultural.

O exemplo dos Asuriní é eloquente. Sua mudança para o beiradão não parece ter melhorado em nada a vida do grupo; as condições de salubridade de seu sítio atual são patentemente piores que as vigentes, por exemplo, no P.I. Ipixuna. Não podemos garantir que a proliferação de uma quantidade de agentes da sociedade nacional no P.I. Koatinemo — funcionários da FUNAI, missionários católicos, professores, missionários protestantes

disfarçados de professores ou enfermeiros — esteja servindo de modo muito palpável para a tranquilidade e o bem-estar da ainda reduzida população Asuriní. Não podemos tampouco avaliar em que a maior acessibilidade de Altamira para os Asuriní estaria realmente beneficiando o grupo.¹⁶

A população araweté ainda é majoritariamente monolíngüe. Os jovens nascidos pouco antes do contato, ou depois dele, dominam o português em grau variável, mas em geral a proficiência nesta língua é pequena. O domínio de conceitos e aspectos fundamentais da cultura envolvente — dinheiro, Estado, propriedade, tabus sexuais, divisão do trabalho, miséria, dominação — é extremamente precário. Isto não significa que os Araweté não estejam, pouco a pouco, ganhando experiência e competência na cultura envolvente. A convivência com os funcionários do Posto e suas famílias difunde a língua e a cultura regional; várias técnicas e habilidades novas vão sendo incorporadas ao *savoir-faire* do grupo (natação, construção de canoas, conserto de motores, novos cultígenos); o contato com antropólogos e outros visitantes lhes dá notícia do mundo além do Xingu; a participação em conferências promovidas pelo CIMI e em encontros indígenas como o de Altamira/89 lhes dá uma perspectiva inter-étnica preciosa; as viagens a Altamira para tratamento médico — perigosas e penosas como o são — vão paulatinamente enriquecendo a experiência araweté do mundo dos brancos. Este processo de adaptação lenta e gradual a tal mundo vem se realizando à medida dos acontecimentos, e das necessidades do grupo; acelerá-lo, sob qualquer pretexto, poderia estar atendendo a necessidades de muita gente — mas não às dos Araweté.

Para que este processo se faça em condições favoráveis, não há dúvida que um programa consistente de ensino do português (que, a nosso ver, deveria se concentrar nesta fase no aperfeiçoamento do português oral) se faz necessário; já exprimimos nossa opinião sobre os resultados que vêm sendo obtidos pela atual professora. Mas tal programa de ensino deve ser formulado com grande cautela e sensibilidade. Em particular, somos veementemente contrários às tentativas de se introduzirem missionários evangélicos no P.I. Ipixuna sob o pretexto desta necessidade de “alfabetização” e/ou sob a capa do eterno fetiche do “ensino bilíngüe”.

Tal referência aos missionários não cai do céu. Ela deriva de acontecimentos que tiveram lugar em Altamira há pouco tempo. Como é do conhecimento da FUNAI/BSB, a organização evangélico-linguística ALEM vem insistentemente procurando ingressar em todas as áreas indígenas do Médio Xingu. Tiveram sucesso no caso Asuriní e Parakanã, onde conseguiram introduzir missionários que atuam oficialmente como enfermeiros ou professores. Nos Araweté, houve uma tentativa recente, quando o titular da ADRA, Júlio César de Moraes, tentou levar um missionário (só sabemos seu primeiro nome, Laerte) para o Ipixuna, “para avaliar a situação da tribo no âmbito da educação”. Não conhecemos as

¹⁶ De qualquer modo, os preços obtidos pela cerâmica asuriní em Altamira pareceram-nos irrisórios.

razões que levaram ao adiamento desta operação de reconhecimento evangélico, mas de toda forma ela ainda não se deu.

Nosso parecer é que a última coisa de que os Araweté precisam é de um missionário evangélico que, sob o irênico pretexto da alfabetização ou do “ensino bilingüe”, venha retirar, de forma particularmente pífida, a tal redoma inexistente: os Araweté precisam de fato aprender a falar português, mas não para dizerem aquilo que os missionários querem que eles digam. De resto, a competência dos missionários da ALEM na área da educação indígena é nula, servindo mal para acobertar a intenção de destruição sócio-cultural dos povos visados por esta organização religiosa.

Em suma: o fato de que os Araweté não incomodam ninguém parece incomodar algumas pessoas. Há pressões para acelerar seu contato com a sociedade nacional, e para “desindianizá-los” deliberadamente.

As madeireiras, os Araweté e a área Xingu-Bacajá

Aqui se apresentam informações e fatos obtidos durante nossas estadas em Altamira, e que apontam para as maiores ameaças à integridade territorial, econômica e sócio-cultural dos Araweté e demais povos da área Xingu-Bacajá.

As madeireiras na área Araweté

Há fortes indícios de que as madeireiras Peracchi e Maginco preparam-se para recomeçar a extração de mogno em terras Araweté, Asuriní e Parakanã. A estrada aberta pela Peracchi (madeireira com sede em Tucumã) dentro do “corredor” que separa as terras dos Tupi do Médio Xingu da reserva Xikrin, e que corre paralelamente ao limite leste do território araweté (a 12 km deste limite, feito por uma linha seca de 94 km na direção norte-sul), está sendo percorrida pelas máquinas das madeireiras. As pistas de pouso abertas clandestinamente por estas duas companhias, em 1987-88, em terras dos Araweté e Parakanã foram limpas e estão operacionais, segundo informes de pilotos de avião que têm sobrevoado a área e segundo o chefe do P.I. Apyterewa, Gérson dos Reis Carvalho.¹⁷ Os Araweté informaram a Viveiros de Castro que uma expedição de homens da aldeia topou, em janeiro, com uma estrada e homens, a cerca de dois dias de distância a nordeste do P.I.

¹⁷ Em particular, estão limpas e prontas para operar: a pista aberta na cabeceira do Ipixuna, dentro da área Araweté; a pista situada no Tcimoso, ponto de referência da área Parakanã; a pista Ressaca, situada no corredor Xingu-Bacajá.

Ipixuna. Sabemos da existência, nesta direção, de um grande canteiro de mogno, localizado no corredor Xingu–Bacajá e em parte das terras dos Asuriní e Araweté. É provável que os índios tenham encontrado empregados das madeireiras em atividade de “marcação” do mogno a ser derrubada no próximo verão — não é possível saber se dentro ou fora dos limites das áreas indígenas.

Devido às “negociações” entre os Parakanã–Apyterewa e a madeireira Maginco, é ainda possível que esta companhia venha penetrar na área Araweté por sua fronteira sul, isto é, cruzando o Bom Jardim próximo de sua foz.

As madeireiras na área Parakanã

A Maginco (madeireira com sede em Rio Maria) vem extraindo mogno na margem esquerda do Xingu, na “terra do meio” entre este rio e o Iriri, em uma localidade a cerca de 50 km acima da foz do Bom Jardim. Em suas viagens de canoa pelo Xingu, os Parakanã começaram a entrar em contato com funcionários desta companhia, que lhes deram numerosos presentes. Em novembro de 1991, a Maginco começou a enviar barcos carregados de mercadorias à boca do Bom Jardim — até agora, segundo o chefe do P.I. Apyterewa, um total de seis embarcações de 4 toneladas, com redes, mosquiteiros, roupas, ferramentas, etc.¹⁸ O objetivo era, naturalmente, conseguir a anuência dos índios para que a companhia pudesse operar em suas terras. Em dezembro de 1991, o chefe do P.I. solicitou à ADRA o afastamento da Maginco da boca do Bom Jardim. A solicitação foi repassada à então 4ª SUER. A resposta de Belém só chegou a Altamira em fevereiro de 1992, determinando a retirada da Maginco. Esta retirada foi parcial.

Em março do corrente ano, quinze funcionários da Maginco chegam à foz do Bom Jardim para começar o trabalho de marcação do mogno dentro da área Parakanã. O chefe do P.I. se opõe, e determina a saída desta turma, tendo discutido com um gerente ou sócio da companhia, Sr. João Cléber. Ele discutiu também com os índios: ao explicar a estes as razões que o levavam a determinar a retirada dos madeireiros, os Parakanã retorquiram que a FUNAI não estava em posição de expulsar gente capaz de trazer recursos que ela própria não tinha condições de fornecer ao grupo.

Em março, Reis Carvalho vai para Altamira em férias. João Cléber e Darci Remmor, sócios ou gerentes da Maginco, vão também para esta cidade, onde encontram o titular da ADRA no dia 4 de abril. Faz-se então uma reunião entre Júlio César de Moraes e estes dois homens, na qual estes últimos informam sobre o “investimento já feito na área Parakanã” (as mercadorias dadas aos índios à guisa de suborno) e reclamam o direito de operarem ali. Desta reunião não participou o chefe do P.I. Apyterewa, que estava na cidade,

¹⁸ Encontramos o Sr. Gérson dos Reis Carvalho em Altamira, no dia 9 de abril, quando se encontrava em férias nesta cidade.

nem o subordinado imediato do administrador, o Sr. Vianey; entretanto, ela foi assistida pelo Sr. Caetano, chefe do P.I. Bacajá (ver adiante). Ao que consta — não encontramos com Júlio César de Moraes depois de nosso retorno do Ipixuna, dia 7 de abril, pois ele saía de férias na véspera —, o titular da ADRA teria informado que não era possível negociar a questão de atividades madeireiras em áreas indígenas neste momento, mas que a Maginco, como as demais companhias, deveria aguardar a aprovação do novo Estatuto do Índio, para ver que “brechas permitiriam a legalização de suas atividades”.¹⁹ No dia 9 de abril, tivemos notícia de que seis exploradores da Maginco estavam operando na área Parakanã; o substituto do chefe do P.I. não foi capaz de nos confirmar, pelo rádio, esta informação.

As madeiras e os Xikrin do Bacajá

Encontrando-nos no P.I. Ipixuna no dia 04/11/91, ouvimos um radiograma enviado pelo chefe do P.I. Bacajá à ADRA. Neste documento, dava-se ciência de uma reunião havida recentemente no Posto, entre os índios, o chefe do P.I. (Sr. Caetano), e Idacir Peracchi, dono da madeira de mesmo nome. As conclusões deste encontro, segundo o radiograma, mencionavam a anuência dos Xikrin quanto à implantação de um “programa de reflorestamento” ou de “exploração racional” de mogno conduzido pela Peracchi nas terras Xikrin, nas terras do corredor Xingu–Bacajá, e nas terras Araweté, Asuriní e Parakanã. Isto é: sempre segundo o radiograma, os Xikrin e a Funai haviam decidido o destino a ser dado ao mogno situado nas terras de *outros índios*.

Este radiograma, ou melhor, o que poderia haver por trás dele, foi temporariamente neutralizado. Interpeladas e/ou advertidas pela Presidência da FUNAI, a administração de Altamira, bem como a então 4ª SUER, negaram qualquer acordo com a Peracchi. Mas não cremos que o perigo tenha passado.

No dia 27 de março passado, o madeireiro Carlos Tozetti, que parece estar operando no corredor Xingu–Bacajá, enviou um avião ao P.I. Bacajá para buscar o chefe Xikrin Onça, com vistas a uma reunião na ADRA. Esta reunião teve lugar na mesma data; dela participaram Tozetti, seu empregado Peter Garcia, o índio Onça, o administrador Júlio César de Moraes e o Sr. Caetano. As conclusões deste encontro foram basicamente as mesmas a que se haveria chegado na supracitada reunião com a Maginco. Entretanto, Tozetti e o chefe Xikrin fizeram um acordo, diante do administrador, segundo o qual o madeireiro faria uma “doação” de Cr\$ 3 milhões mensais aos índios, à guisa de “reserva de mercado”, isto é, como garantia de que os Xikrin lhe dariam prioridade de exploração de suas terras

¹⁹ Esta versão, que repete as conclusões da reunião anterior entre o madeireiro Carlos Tozetti, o chefe Xikrin Onça, Júlio César de Moraes e o chefe do P.I. Bacajá, foi-nos fornecida pelo Sr. Vianey, que diz tê-la obtido do titular da ADRA.

(e, tememos, das terras Asuriní, Araweté e Parakanã — cf. o rádio supracitado), no dia em que a legislação permitisse esta atividade.²⁰

Nos dias 7 e 8 de abril, pudemos assistir à chegada, na sede da ADRA, de duas Kombis lotadas de mercadorias adquiridas por Carlos Tozetti. Estas mercadorias (no valor de Cr\$ 6 milhões) foram despachadas para a aldeia Xikrin no dia 14 de abril, na mesma embarcação que conduziu o material para a instalação de poços artesianos doado pela CVRD. O conhecimento das mercadorias foi assinado pelo Sr. Vianey, titular em exercício da ADRA. Como, entretanto, ele não concordava em assumir a responsabilidade por uma operação de caráter tão duvidoso, este funcionário assinou tal documento com um nome falso. Sem comentários...

Os Xikrin, as madeireiras, a área Xingu–Bacajá

A atitude expressa no radiograma supracitado é preocupante. Ela não só aponta para a possibilidade da FUNAI estar coonestando as atividades ilegais das madeireiras, como revela um inacreditável desprezo pelos direitos elementares dos índios, em particular dos Asuriní, Araweté e Parakanã, que correram — ou correm — o risco de verem suas terras “racionalmente exploradas” pela Peracchi sem nem ao menos terem sido informados (ou “consultados”) pela FUNAI.

Mas tal atitude é preocupante também do lado dos Xikrin. Ela sugere uma vontade de hegemonia sobre outros povos indígenas que, se não é surpreendente neste povo Kayapó, deveria pôr os Tupi do Médio Xingu de barbas de molho. É patente que os Xikrin estão caminhando a passos largos para um entendimento com as madeireiras, como já negociam com o garimpo instalado em suas terras. Como chegaram a isto, é uma questão que não podemos responder; mas certamente o exemplo, se não a intermediação, de seus irmãos do Cateté e sobretudo de seus primos Kayapó-Gorotire foi decisivo.

O problema é grave, especialmente em face da situação do corredor Xingu–Bacajá. Como se sabe, os limites propostos para as áreas indígenas Asuriní, Araweté, Parakanã e Xikrin deixam um largo corredor ao longo do divisor de águas Xingu–Bacajá. Há vários anos que funcionários da FUNAI e antropólogos vêm defendendo a idéia de que este corredor (hoje tomado pelas madeireiras) deve ser declarado área indígena: encontra-se dentro da zona de caça dos grupos citados, abriga as cabeceiras da maioria dos cursos d’água da região, é uma via de penetração ilegal nas terras indígenas. Há ainda notícias esparsas sobre a existência de índios arredios na parte norte deste corredor, ainda intocada pelas madeireiras.

²⁰ Como se vê, ou bem o titular da ADRA estava “enrolando” seus interlocutores, ou há muita gente (a começar pelos grandes madeireiros) confiando na força do *lobby* das madeireiras dentro do Congresso.

Recentemente, a antropóloga Lux Vidal obteve a anuência formal dos Xikrin para a ampliação de sua reserva, de modo a incorporar toda a área do corredor, que passaria a ser a “Área Indígena Bacajá–Trincheira”. Este nome se explica: há uma pequena área no Bacajá (Trincheira) ocupada pelos Xikrin fora de sua reserva. No processo de reivindicação desta área, considerou-se apropriado atribuir aos Xikrin todo o corredor, que é efetivamente área indígena, e que corre o risco de ser completamente devastado pelas madeiras.

Embora possamos compreender as razões que levaram a citada antropóloga a propor a área Bacajá–Trincheira — a saber, a necessidade urgente de proteger o corredor, atribuindo aos índios direitos exclusivos de ocupação desta área —, tememos que a solução de considerar esta área como território Xikrin não seja a mais indicada.

A fusão dos problemas de Trincheira, área que é de interesse exclusivo dos Xikrin, com os problemas do corredor Xingu–Bacajá, área que interessa aos quatro grupos da região, parece-nos infeliz. Tememos que a vontade de hegemonia dos Xikrin — grupo dotado de uma estrutura sócio-cultural que o põe em condições de superioridade bélica e política frente aos Tupi do Médio Xingu (de quem é inimigo tradicional), e que lhe confere uma maior capacidade de manobra na interação com a sociedade envolvente — venha a pôr em risco a autonomia dos Asuriní, Araweté e Parakanã. Isto é particularmente sério quando vemos o curso das negociações entre os Xikrin e as madeiras. Acreditamos que o radiograma de 04/11/91 revela uma efetiva possibilidade de controle, pelos Xikrin — ou antes, pelas madeiras — dos recursos das terras dos Tupi.

Estamos raciocinando, é verdade, a partir do pior: a partir da hipótese de que os Xikrin se deixem subornar pelas madeiras. Neste caso, é preciso que isto não venha a prejudicar de modo irreversível a autonomia e a integridade do território e da população tupi do Koatinemo, Ipixuna e Bom Jardim. Infelizmente, a história recente dos Kayapó sugere que este pior é algo para o qual devemos nos preparar.

Nestas condições, nosso parecer é que a área do corredor Xingu–Bacajá deve ser decretada área indígena comum aos quatro grupos, e não ser simplesmente assimilada à reserva dos Xikrin do Bacajá. Ela deve urgentemente ser objeto de uma investigação profunda por parte da FUNAI, IBAMA e demais órgãos competentes, pois não é improvável que mesmo agora, quando seu *status* ainda está indefinido, as atividades das madeiras ali sejam legalmente questionáveis. Este corredor é, propriamente, a *área indígena Xingu–Bacajá*, espinha dorsal dos territórios ocupados pelos Asuriní, Araweté, Parakanã e Xikrin.